ADUNESP *in*FORMA

Adunesp Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

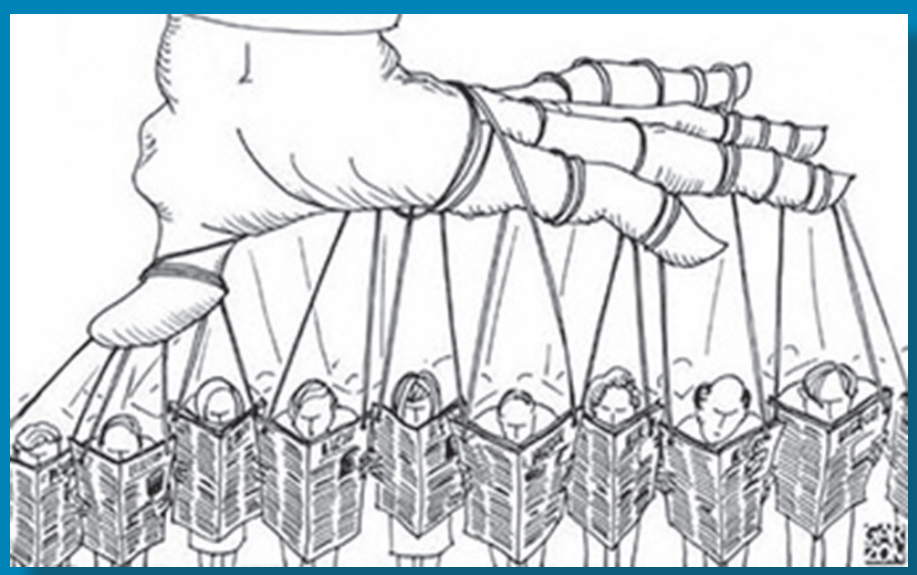
Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 66 - Setembro/2015

"Você já publicou seu artigo hoje?"

Págs. 8 e 9

A concepção de "verdade" da Folha

"É possível contar um monte de mentiras só dizendo a verdade, por isso, é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe."
(https://www.youtube.com/watch?v=nd9R7ZxhjJ8)



Confira editorial na pág. 2

Último hora

Cruesp agenda reunião para 7/10

Pág. 4

Avança a montagem do Chapão da Adunesp aos colegiados centrais -

Pág. 5

Foi prejudicado pela portaria que regulamentou o vale-alimentação?

Veja como agir na pág. 7

Crise e ajuste fiscal: Quem paga pela crise?

Pág. 12

Seminários

A Universidade necessária: Da que temos à que queremos

Vamos debater a Graduação, a Pesquisa, a Extensão, o Financiamento, a Avaliação e a Gestão democrática

A Adunesp está organizando um conjunto de seminários, distribuídos em vários campi, para debater os aspectos centrais da Universidade: Graduação, Pesquisa, Extensão, Financiamento, Avaliação e Gestão democrática. Em cada um dos temas, a ideia é contar com representantes da reitoria ligados ao tema, membros indicados pela subseção local da Adunesp e convidados de fora. Os eventos serão gravados e reproduzidos o mais amplamente possível. Fique atento à divulgação.

Os desafios da nova Diretoria da Adunesp Central

Veja como foi a posse nas págs. 3 e 4

www.adunesp.org.br
Novo site no ar

Após um período de reformas, nosso site está de cara nova. Ele foi modernizado para propiciar mais interação com os usuários e rapidez na divulgação das informações. Confira!

Face e Twitter

A entidade também está no Face (facebook.com/adunesp) e no Twitter (@Adunesp). Integre-se!

Editorial

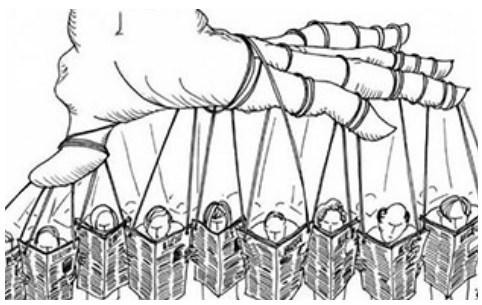
A concepção de "verdade" da Folha

"É possível contar um monte de mentiras só dizendo a verdade, por isso, é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe"

(https://www.youtube.com/watch?v=nd9R7ZxhjJ8)

O texto acima é de um anúncio do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), veiculado em 1988, e que, guardadas as devidas proporções, serve para o próprio jornal no que diz respeito, ao menos, à publicação de matéria na página B6, em 16/09/2015, intitulada "**Servidor técnico da Unesp ganha mais que professor; veja salários**". Senão, vejamos.

Os vencimentos pagos aos servidores da Unesp nos meses de janeiro e de outubro/2014, aos quais se refere a publicação, não correspondem ao que lhes foi efetivamente pago durante o ano de 2014. Em janeiro/2014, estavam acrescidos, para a maioria dos servidores docentes e técnico-administrativos, da parcela correspondente ao terço de férias, uma vez que é nesta época que a grande maioria usufrui de suas férias. Em outubro/2014, os vencimentos estavam acrescidos de um abono de 28,6% para a compensação de perdas inflacionárias, pago em parcela única neste mês.



Para uma análise adequada da questão é necessário também que se leve em conta o fato de que o teto do funcionalismo público estadual paulista é o subsídio pago ao governador do estado, cujo valor atual é R$ 21.631,05, conforme a própria FSP. Porém, em 20 das 27 unidades da Federação o teto estabelecido é outro: 90,25% do subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal, que está atualmente fixado em R$ 33.763,00; ou seja, o teto nestes estados é de R$ 30.471,10. Portanto, o teto paulista está defasado em cerca de 40% daquele estabelecido pelo governo federal e por outros 19 estados e Distrito Federal.

Juntando essas duas observações fica absolutamente claro que a reportagem da FSP prestou um desserviço ao seu leitor, na medida em que o induziu a pensar que a Unesp, em particular, e as universidades estaduais paulistas, em geral, contam em seus quadros com um grande número de marajás que se locupletam com o dinheiro público, o que, efetivamente, não é verdade.

Um servidor docente das universidades estaduais paulistas é admitido por concurso público de títulos e provas. Muitos ingressam já tendo concluído o doutorado e têm à sua frente uma carreira que perdurará por 30 ou 40 anos, pontuada por defesas de tese de livre docência e concurso para professor Titular. Durante esse período, são suas atribuições a produção de conhecimento, a prestação de serviços à comunidade e a formação de gerações de estudantes, por meio da orientação de mestrados e doutorados e da sua atuação nos cursos de graduação, que formam profissionais em mais de uma centena de profissões e para todas as necessidades da sociedade e do país. Além disso, essa carreira é muitas vezes permeada por atividades de gestão das instâncias administrativas. Nas universidades estaduais paulistas, o regime preferencial de trabalho docente é em Dedicação Exclusiva à Docência e à Pesquisa e, só depois de longos anos de trabalho, passando por muitos julgamentos de mérito científico e acadêmico, é que o professor chegará ao topo da carreira, recebendo remuneração condizente com a importância do trabalho desenvolvido no tempo pregresso e com a importância do trabalho ainda a ser prestado dentro da universidade.

É preciso que se diga também que todas as alterações salariais em decorrência do exercício funcional já estão claramente inscritas no estatuto do funcionalismo público e nas regras inerentes à carreira docente. Deste modo, não é razoável que um teto salarial arbitrário, como o é o subsídio do governador do estado de São Paulo, sirva para confiscar parte de remuneração de servidor público que lhe faz jus, reduzindo seus vencimentos a valores bem menores do que os recebidos pelos docentes das universidades federais, de outros 19 estados brasileiros e do Distrito Federal.

A própria FSP, em reportagem assinada pela jornalista Sabine Righetti em 29/04/2012, menciona um estudo que compara "o salário de docentes de 28 países e mostra que as universidades por aqui têm bons benefícios, mas deixam a desejar nos holerites". A reportagem constata que, de acordo com o estudo – "***Paying the Professoriate***" (Pagando os Professores, Ed. Routledge) – o Brasil ocupa o 18º lugar no *ranking*.

Assim, embora utilizando-se de dados verdadeiros sobre os vencimentos recebidos pelos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp nos meses de janeiro e outubro/2014, a FSP contradisse a publicação mencionada acima, e contribuiu para que o seu leitor forme uma opinião absolutamente distorcida acerca dos vencimentos e da moralidade profissional dos servidores docentes da Unesp, da USP e da Unicamp, bem como da função e da relevância social das universidades estaduais paulistas. Desse modo, a FSP se coloca ao lado de setores da sociedade a quem interessa o desmonte das universidades públicas paulistas, que são responsáveis por cerca de 50% da produção acadêmica brasileira e têm produzido, ao longo da sua história, conhecimento técnico, científico e pensamento crítico acerca da realidade brasileira e mundial, independente de governos, partidos políticos ou da iniciativa privada. Por não se curvar a esses interesses, as universidades têm sido alvo de todo tipo de ataque que visam desqualificá-la, desmantelá-la e substituí-la por instituições privadas de ensino. A defesa deste imenso patrimônio do povo do estado de São Paulo, que são as três universidades públicas paulistas, é obrigação de todos nós.

A Adunesp apoia todas as iniciativas que, tragam maior transparência na administração pública e, mais notadamente, nas universidades estaduais paulistas que, por gozar de autonomia de gestão e administração, devem sim prestar contas à sociedade que as financia. Infelizmente, não é desse princípio que se imbuiu a *Folha de S. Paulo* ao fazer a referida reportagem.

O jornal deve desculpas aos seus leitores e aos servidores públicos das universidades estaduais paulistas.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp S. Sindical)

Praça da Sé, 108,
2º andar, São Paulo.
Fone (11) 3242-0125.

Home page:
www.adunesp.org.br

E-mail:
imprensa@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje
(MTb 19.458)
bah0609@bol.com.br

Estagiária de Jornalismo:
Beatriz Baptista

Tiragem desta edição:
2.200 exemplares

Fortalecer a entidade representativa da categoria e avançar na defesa dos docentes e da universidade pública

Os desafios da nova Diretoria da Adunesp

"Nosso objetivo é avançar na mobilização combativa dos trabalhadores que representamos, resistindo ao desmanche em curso, e reivindicando, permanentemente, condições dignas de formação, trabalho e salário para todos aqueles que cotidianamente dão vida à nossa instituição."

Com essa afirmação, o professor João da Costa Chaves Júnior resumiu os desafios que se colocam para a nova gestão da Adunesp, durante a cerimônia de posse, realizada no dia 24/8, em São Paulo. Única a concorrer, a chapa "Resistência e Luta", referendada na votação nos dias 4 a 6/8, ficará à frente da entidade até agosto de 2017. Reconduzido ao posto de presidente, João fez um apanhado dos principais fatos que marcaram sua primeira gestão, de agosto/2013 a agosto/2015. Para ele, a greve de 2014 foi um marco na história das três universidades estaduais, em especial na Unesp. "A Adunesp assumiu um papel de protagonista e se fortaleceu junto com a categoria, conseguindo uma adesão muito grande ao movimento, que aumentava a cada uma das 12 plenárias que realizamos em várias cidades do interior e da capital", lembrou.

"A Adunesp assumiu um papel de protagonista na greve de 2014 e se fortaleceu junto com a categoria."

A posse contou com a presença de professores de várias subseções da Adunesp e representantes de entidades irmãs, como: Sintunesp, Adusp, Adunicamp, Sinteps, Fórum das Seis e Regional SP do Andes (*confira no box*).

Da esq. p/ a dir.: Anaruma, Angélica, Fábio, João, Tato e Ângelo

Nova diretoria

Além de João da Costa Chaves Júnior na presidência, a nova gestão da Adunesp tem Fábio Kazuo Ocada (FFC/Marília) como vice-presidente, Antônio Luís de Andrade/Tato (FCT/Presidente Prudente) como secretário-geral, Ângelo Antônio Abrantes (FC/Bauru) como vice-secretário, Carlos Alberto Anaruma (IB/Rio Claro) como tesoureiro-geral e Angélica Lovatto (FFC/Marília) no posto de vice-tesoureira.

Tato ressaltou que a Adunesp é parte de um sindicato nacional – o Andes SN – que atua numa perspectiva classista desde sua criação, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. "Nossa função à frente da direção da Adunesp é fazer da entidade uma ferramenta capaz de atuar nesta mesma perspectiva, com ênfase na defesa da categoria e da educação pública."

Usando a greve de 2014 como referência, Ângelo enfatizou a capacidade organizativa da Adunesp na resistência aos ataques contra a categoria e à universidade pública. "Na maior parte dos campi, conseguimos mobilizar uma quantidade imensa de pessoas", pontuou o novo diretor, lembrando também a importância do movimento do ano passado na reconstrução da subseção sindical no campus de Bauru.

Mesmo com o horizonte de agravamento da crise econômica no país, com seus impactos sobre as universidades públicas, Anaruma tem confiança na força e na disposição de luta das entidades sindicais para enfrentar os desafios. "Junto com os sindicatos irmãos aqui presentes, saberemos resistir e avançar."

Em sua fala, Angélica fez questão de homenagear a professora Anna Maria Martinez Corrêa, "um grande nome da história do estado de São Paulo", que mesmo aposentada aceitou presidir a Comissão da Verdade da Unesp e, diante da negativa da reitoria em renovar a continuidade dos trabalhos, aceitou o convite para encabeçar a CV-Adunesp. Citando o relatório produzido pela CV-Unesp após um ano de trabalho, Angélica comentou o papel desempenhado pela Adunesp, desde os primeiros tempos de sua formação, em 1976, na resistência contra

a ditadura empresarial-militar e na luta pela democratização da recém-nascida Universidade. Ela defendeu, também, a reedição de um encontro entre os servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades realizaram nos anos 80. "Essa deve ser uma das prioridades das nossas entidades para o próximo período", propôs.

Fábio frisou a importância de fortalecermos cada vez mais uma organização combativa no seio da categoria docente da Unesp. "Com o agravamento da situação política e econômica, que se abate especialmente sobre os professores do ensino público, é relevante termos conseguido reagir e avançar nas nossas lutas, sobretudo nos últimos anos", disse. "Ao longo deste mandato que se encerra, conseguimos reconstruir laços importantes de solidariedade entre nós, e também dar um recado muito importante aos nossos colegas da base, de que a história não tem um curso natural, mas que é possível sim intervirmos de forma consciente no rumo dos acontecimentos."

Falam as entidades irmãs

"A fragmentação deve ser a nossa força"

Entidades parceiras prestigiaram a posse

A posse da diretoria da Adunesp foi prestigiada por representantes de várias entidades irmãs, que atuam juntas no âmbito do Fórum das Seis.

Alberto de Souza, coordenador político do Sintunesp, agradeceu à Adunesp pela parceria e solidariedade. "Os servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes devem se unir sempre, em defesa da qualidade e do papel social da universidade pública."

Falando em nome da diretoria da Adusp, César Minto saudou a nova direção da Adunesp e sua importância na greve de 2014. "A defesa dos serviços públicos como direito da população vem sendo feita basicamente pelos sindicatos, pois os gestores públicos se omitem", assinalou.

Paulo Centoducatte, presidente da Adunicamp e representando a diretoria do Andes Regional SP, concordou com o colega da Adusp. "O ensino público superior nunca esteve sob ataque tão pesado quanto agora, especialmente em relação ao seu financiamento. A reação da comunidade tem sido primordial para evitar que promovam aqui o mesmo desmantelamento imposto ao ensino básico em todo o país."

Diretora do Sinteps, sindicato que representa os professores e técnico-administrativos do Centro Paula Souza, Denise Rykala lembrou o vínculo que aquela instituição mantém com a Unesp desde a criação da Universidade, em 1976. "Estamos juntos na luta em defesa da educação pública paulista."

Em nome do Fórum das Seis, Francisco Miraglia, docente da USP, enalteceu um aspecto que marca a Unesp e as faculdades de tecnologia (Fatec): o seu enraizamento nas várias regiões do estado. "Essa característica permite que as lutas dirigidas pelo Fórum se desenvolvam na capital e no interior", disse. Miraglia também fez uma ponderação sobre a crise mundial. "A atual etapa do capitalismo impõe aos trabalhadores brasileiros e do mundo em geral um ataque ferrenho, na tentativa de descarregar o ônus da crise sobre a maioria da população". Para ele, o papel dos sindicatos das universidades é "manter a visão sobre a conjuntura e os interesses gerais dos trabalhadores, sem deixar de focar na defesa da educação pública em todos os seus níveis".

Data-base 2015: Cruesp e Fórum das Seis reúnem-se em 7/10

O contexto de crise financeira tem sido insistentemente invocado pelas reitorias para justificar direta, ou indiretamente, os diversos confiscos que têm sido impostos aos servidores técnico-administrativos e docentes das universidades estaduais paulistas. Na Unesp, especificamente, temos a suspensão da carreira docente e do ADP, a retirada indiscriminada do vale-alimentação, represamento geral de contratações, entre outras.

Conforme acordado entre o Fórum das Seis e o Cruesp, a segunda parcela do reajuste da data-base 2015 (7,21%) é de 3,09%, e deverá incidir sobre os vencimentos de outubro, a serem pagos em novembro.

No entanto, já tivemos perdas decorrentes desse parcelamento correspondente aos meses de maio/2015 a outubro/2015, uma vez que, durante este período, os nossos vencimentos não haviam sido corrigidos com a inflação cheia, o que só ocorrerá a partir de outubro/2015.

Conforme acordado entre as partes, teremos uma nova reunião de negociação com o Cruesp no dia 7/10, ocasião em que discutiremos, entre outros itens, o estabelecimento de mecanismos compensatórios para essas perdas. Como sempre, será uma jornada difícil, em que o apoio efetivo da categoria é imprescindível para que tenhamos possiblidades de avanços efetivos.

A Universidade necessária: Da que temos à que queremos

Avança a montagem do Chapão da Adunesp aos colegiados centrais

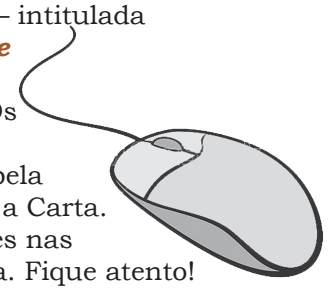
Processo visa a composição de uma chapa de candidatos comprometidos com as lutas da categoria e a educação pública

A Adunesp vem realizando uma série de plenárias estaduais, desde o início de julho, com vistas à montagem do "Chapão da Adunesp" para concorrer às eleições nos órgãos colegiados centrais da Unesp deste ano: Conselho Universitário (CO), Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), Câmara Central de Graduação (CCG), Câmara Central de Pós-Graduação e Pesquisa (CCPG), Câmara Central de Extensão Universitária (CCEU) e Câmara Central de Pesquisa (CCPe).

A data do pleito ainda não foi divulgada pela Universidade, o que deve acontecer em breve.

Assim como ocorreu em anos anteriores, o objetivo é compor um "chapão" de candidatos **comprometidos** com os princípios que a entidade defende, definidos em suas instâncias de discussão e deliberação. Com isso, queremos ter, em todos os colegiados, conselheiros atuando coletivamente em defesa dos interesses da nossa categoria, da comunidade acadêmica como um todo e da universidade pública.

A Carta Programa do Chapão – intitulada "***A Universidade necessária: Da que temos à que queremos***" – está disponibilizada no *site* da Adunesp. Os docentes que desejam fazer parte do Chapão e, portanto, serem apoiados pela Adunesp nas eleições, devem assinar a Carta. A lista dos nomes, a partir dos debates nas plenárias, será amplamente divulgada. Fique atento!



Para além dos números

Proposta de alteração da composição da CCG demanda debate democrático

Adunesp defende abertura de processo estatuinte

Colocada inicialmente na pauta da reunião da Câmara Central de Graduação (CCG) de 6/8/2015, a proposta de alteração da composição do órgão gerou reação dos representantes do Chapão da Adunesp e a discussão acabou remanejada para a reunião seguinte. No dia 3/9, o tema voltou à pauta da CCG. A proposta, apresentada em documento assinado pelo pró-reitor de Graduação, Laurence Duarte Colvara, propõe a ampliação da composição atual da CCG em cinco docentes.

Atualmente, a CCG é composta por 17 membros:

I. o Pró-Reitor da PROGRAd, seu presidente nato.

II. 8 docentes, um de cada subárea do conhecimento, eleitos por seus pares.

III. 3 representantes de Coordenadores de Curso de Graduação, um de cada grande área do conhecimento, eleitos por seus pares. (*A proposta da PROGRAd é ampliar para 8 representantes indicados por coordenadores de curso, de acordo com as 8 subáreas do conhecimento*).

IV. 3 representantes discentes da graduação, um de cada grande área do conhecimento, indicados na forma da legislação em vigor.

V. 2 representantes do corpo técnico e administrativo, ligados à área acadêmica, eleitos por seus pares.

Ou seja, pela proposta, a CCG iria para 22 membros. A justificativa da PROGRAd baseia-se em dois aspectos: o volume de trabalho (pareceres e relatos) e a necessidade de maior representação das subáreas nas discussões.

Na reunião de 3/9, a proposta foi aprovada, devendo agora ser remetida ao CEPE e, após isso, ao CO.

O assunto foi bastante discutido na Plenária Estadual da Adunesp de 14/9. Os questionamentos à medida são muitos:

- A aplicação da proposta implicará na ampliação com membros indicados por uma parcela bastante pequena da categoria (os coordenadores de curso), e não amplamente votadas pela categoria;
- Ampliar a composição de qualquer órgão, num momento de propalada crise econômica e contenção de despesas, é temerário;
- A reunião da CCG não avaliou o fato de que a ampliação do número de representantes docentes implicará, necessariamente, na proporcionalidade. Ou seja, também mudaria a representação discentes e dos servidores técnico-administrativos.

Estatuinte

A plenária indicou aos membros do Chapão da Adunesp na CCG que façam um pedido de reconsideração dessa decisão. Indicou, também, que os representantes em outros colegiados também coloquem o assunto em discussão, manifestando a preocupação de que mudanças como essa demandam alterações estatutárias, devendo ser discutidas com a comunidade. Ou seja, que se abra um processo estatuinte amplo e democrático.

Permanência no mandato após a aposentadoria

Decisão do CO é casuística e traz risco de insegurança jurídica à Universidade

Na reunião do Conselho Universitário (CO) de 2/7, foi incluída na pauta a proposta do reitor, de que os atuais ocupantes das funções de reitor e vice-reitor possam concluir seus respectivos mandatos na hipótese de aposentadoria por idade", conforme Despacho nº 173/2015-CO/SG. Ao que tudo indica, a motivação tenha sido a situação da professora Marilza Vieira Cunha Rudge, vice-reitora, que completaria 70 anos no dia 6/8/2015.

Apesar de alguns questionamentos sobre a inserção de um item de tamanha importância sem prévio conhecimento, o CO aprovou a seguinte proposta, por 55 votos favoráveis e 11 abstenções: "Os atuais ocupantes das funções de reitor e vice-reitor, detentores de mandatos, escolhidos em decorrência de processo eleitoral, poderão concluir seus mandatos, na hipótese de aposentadoria por idade, desde que manifestem interesse em concluí-los".

Em resumo, a deliberação do CO autoriza que os ocupantes dos cargos de reitor e a vice-reitor continuem a exercer essas funções mesmo DEPOIS de aposentados.

O assunto foi discutido amplamente nas plenárias estaduais da Adunesp em 10 e 24/8, tendo como subsídio o parecer elaborado pela Assessoria Jurídica da entidade. A conclusão é que a decisão foi casuística e traz riscos de insegurança jurídica à Universidade. Os pontos centrais questionados foram:

1) que se trata de uma deliberação sobre matéria que extrapola as competências do CO;

2) que, em decorrência disto, fica a Universidade numa situação de perigosa insegurança jurídica, na medida em que quaisquer atos administrativos praticados pela ocupante do cargo de vice-reitora, na condição de aposentada, são nulos de direito;

3) que um assunto de tamanha relevância, caso fosse matéria de competência do CO, ainda assim não poderia, nem deveria ser colocado em pauta sem informação prévia, entendendo ser necessário que os membros do colegiado estivessem devidamente informados das consequências, dos riscos e dos marcos legais que balizam essa decisão, de modo que os conselheiros pudessem construir a sua convicção sobre a matéria da maneira mais esclarecida possível.

Diante destes questionamentos, as plenárias incumbiram a diretoria da Adunesp de solicitar reunião com os membros da reitoria, para entregar-lhes o parecer dos advogados da Adunesp e instar o reitor a convocar uma reunião extraordinária do CO para anular esta deliberação, flagrantemente ilegal. A Plenária deliberou também tomar as medidas judiciais cabíveis, caso não seja convocada reunião extraordinária do CO e, mesmo sendo convocada, se este colegiado não proceder à anulação da deliberação que coloca a Unesp diante de uma enorme insegurança jurídica.

A reunião

A reunião solicitada pela Adunesp aconteceu no dia 25/8. Pela reitoria, estavam presentes o reitor Julio Cezar Durigan, o chefe de gabinete Roberval Daiton Vieira, o assessor jurídico chefe Edson César dos Santos Cabral e mais dois assessores. Pela Adunesp, estavam os diretores João da Costa Chaves Júnior, Carlos Alberto Anaruma e Antônio Luís de Andrade (Tato).

A diretoria da Adunesp apresentou aos membros da reitoria os principais pontos do parecer da assessoria jurídica do Sindicato sobre o assunto. Em resposta, o reitor informou que a professora Marilza já estava aposentada, que não executa mais nenhum ato administrativo como ordenadora de despesas, que não está recebendo diárias ou outros recursos, para evitar complicações legais e junto ao Tribunal de Contas. Afirmou também que a reitoria está se cercando de "todos os cuidados possíveis para evitar problemas e contestações futuras", e que não iria pautar esse assunto no CO.

A afirmação deixou nos diretores da Adunesp a nítida impressão de que os membros da reitoria estão cientes de que, com esta deliberação, a Universidade entrou numa região de precária segurança jurídica, o que vai ao encontro das preocupações explicitadas no parecer jurídico da Adunesp. Do contrário, por que tomar todas essas precauções com os atos da vice-reitora? Antes do final desta reunião, os diretores da Adunesp informaram o reitor que encaminhariam um pedido de reconsideração desta decisão na próxima reunião do CO, e que a questionariam na justiça.

Na reunião do CO em 27/8, a conselheira Maria do Rosário, docente do campus de Marília e membro do "Chapão da Adunesp", propôs que o tema fosse novamente pautado para discussão reunião seguinte do CO. Colocada a proposta em votação, 45 conselheiros foram contrários, 15 favoráveis e uma abstenção.

O parecer da assessoria jurídica da Adunesp pode ser conferido no site (www.adunesp.org.br)

A Adunesp impetrará ação contra a portaria que regulamenta o vale-alimentação

Se você foi prejudicado, entre em contato com o Sindicato

A Adunesp vai impetrar algumas ações na justiça contra a supressão total ou parcial do vale-alimentação daqueles que têm esse direito assegurado em lei, conforme deliberação da plenária estadual da entidade em 14/9. As ações vão questionar o conteúdo da Portaria Unesp 317, de 31/7/2015, que regulamenta a aplicação do benefício.

O entendimento unânime na plenária foi de que a portaria representa clara afronta aos direitos dos servidores docentes e técnico-administrativos. Isso porque estabelece de maneira arbitrária e discriminatória o rol de situações e atividades que não farão jus ao vale alimentação, muitas delas vinculadas ao efetivo exercício do servidor consignado em lei. Por exemplo, o caso dos docentes em afastamento para pós-graduação.

A plenária considerou, também, que o artigo 8º da portaria, além da clara discriminação aos servidores que prestam serviços às fundações instituídas pela Universidade, exala postura antissindical contra os dirigentes de Associações e Sindicatos que desfrutam de mandato garantido constitucionalmente e que deve ser exercido sem prejuízo de seus direitos.

Entre em contato

A Adunesp orienta os professores que se sentiram prejudicados pela Portaria 317/2015 a entrarem em contato com a entidade o mais breve possível, relatando detalhes. Escreva para **adunesp@adunesp.org.br**; Assunto: Prejuízo no vale-alimentação.

Com base nas informações coletadas, a Adunesp tomará as medidas cabíveis.

Saiba como funciona a assessoria jurídica do Sindicato

A assessoria jurídica da Adunesp está a cargo do escritório Lara Lorena Ferreira Sociedade de Advogados. O contrato tem como objeto, entre outros, atender às demandas jurídicas da diretoria da Adunesp, relacionadas ao exercício do trabalho docente, de interesse e caráter coletivo, quer sejam consultivas, administrativas, judiciais ou extrajudiciais. Além disso, também divulgar notícias jurídicas que sejam de interesse da categoria, bem como o ajuizamento de ações coletivas.

A Adunesp também estende a prestação de serviços de atendimento jurídico aos seus associados, por meio de plantões presenciais mensais, na sede da entidade (sempre na primeira quinta-feira do mês, a partir das 14h). O docente pode ser orientado em relação a questões de natureza trabalhista e previdenciária, inclusive por meio de requerimentos ou recursos exclusivamente administrativos que se fizerem necessários decorrentes do desdobramento dessas consultas.

Embora no âmbito judicial a assessoria tenha sido contratada somente para atuar na propositura das ações coletivas, facultativamente, se esgotadas as vias jurídicas administrativas, o docente pode optar pela contratação individual dos serviços do escritório.

As advogadas Lara, Cristiane e Christiane, em reunião com os diretores da Adunesp Fábio Ocada e João Chaves

Contatos

O associado que desejar ser atendido pela assessoria jurídica deve escrever para **adunesp@adunesp.org.br**, que fará a ponte entre as partes.

"Você já publicou o seu artigo hoje?"

Quais são os impactos e significados das reuniões que a reitoria promove regularmente com os novos docentes da Unesp? Esse tema foi debatido na Plenária Estadual da Adunesp de 10/8, o que resultou num documento com a posição da entidade sobre o assunto. Acompanhe a seguir:

Considerações sobre as reuniões de assédio aos novos docentes da Unesp

Nos últimos anos, os encontros realizados pela reitoria da Unesp, sob o pretexto de promover a integração dos novos docentes, vem gerando grande mal-estar no seio da comunidade acadêmica, tornando-se um momento emblemático do ingresso na carreira. Nessas reuniões – realizadas mediante convocação da reitoria, com liberações de diárias, transporte custeado pela Universidade e distribuição de materiais impressos e brindes promocionais –, chamam a atenção de todos os presentes não apenas o elevado custo financeiro envolvido no evento, mas, principalmente, o tratamento ameaçador dirigido contra os novos professores, sobretudo durante as primeiras edições do evento.

Realizadas, ao que tudo indica, com o objetivo de obter o engajamento desses novos docentes a uma concepção de gestão intrinsecamente autoritária e produtivista, ancorada na lógica característica do universo empresarial, as comunicações proferidas pelos gestores, ao mesmo tempo em que saúdam os novos docentes como membros virtuosos de uma pretensa família, apontando para as possibilidades promissoras de desenvolvimento da carreira acadêmica, com todo amparo institucional das pró-reitorias, apresentaram desde o início dados contraditórios, que evidenciaram, flagrantemente, a insuficiência dos quadros de docentes e mais acentuadamente de servidores técnico-administrativos, frente à ampliação desmedida da instituição.

Dessas primeiras reuniões realizadas em São Paulo, algumas frases tornaram-se célebres. *"Não pensem que estarão seguros apenas dando as suas aulinhas"*, dissera o presidente da Comissão Permanente de Avaliação para os cerca de 300 professores presentes no auditório do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), local onde ocorreu a primeira dessas reuniões, em 2010. *"Você já publicou o seu artigo hoje?"*, repetiam alguns colegas ao se cruzarem pelos corredores nos dias posteriores ao encontro, reproduzindo a fala de uma das pró-reitoras. No ano seguinte, docentes retornados do encontro, temerosos, relataram o novo bordão do avaliador permanente da reitoria: *"O seu tempo agora me pertence!"*.

Essa maneira intimidadora e coercitiva de recepcionar os novos docentes é indicativa do acentuado grau de subordinação da estrutura administrativa da universidade pública às concepções de gerenciamento do setor privado; subordinação esta que, de inúmeras formas, compromete a autonomia universitária imprescindível à atividade científica, impondo distorções profundas sobre o próprio sentido do trabalho acadêmico, com repercussões desastrosas sobre as atividades-fim da universidade pública, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Por essa razão, e para além da simples manifestação do repúdio a essas práticas, é preciso contextualizá-las historicamente no campo dos interesses antagônicos que estruturam as relações de trabalho no seio da sociedade capitalista. A construção de um ambiente inseguro engendra relações de subalternidade e estimula o individualismo competitivo entre os trabalhadores. São práticas conhecidas dos manuais *toyotistas* de gerenciamento, empregadas com o objetivo de ampliar o domínio do capital sobre o trabalho, que cumprem um papel desagregador, eminentemente político, no sentido da intensificação do domínio dos patrões sobre a classe trabalhadora. Na última reunião, realizada em junho de 2015, a liturgia incluiu a distribuição de brindes promocionais, deixando claras as intenções da reitoria.

Da mesma forma como ocorre atualmente no universo empresarial, a gestão das relações interpessoais nos locais de trabalho mediante a instrumentalização racional

de estímulos subjetivos, como o reconhecimento, o medo, o individualismo competitivo e a virilidade produtiva, pressupõe o emprego de concepções administrativas inspiradas no chamado "modelo japonês" de gestão, universalizadas na esteira da reestruturação mundial do capitalismo ocorrida nas últimas décadas do século XX, como reação do capital à crise do regime *fordista/taylorista* de acumulação, mas, sobretudo, como resposta política à organização combativa da classe trabalhadora.

No curso dessas transformações recentes das formas de gestão do trabalho, a cooptação ideológica dos trabalhadores tornou-se elemento decisivo para a obtenção da adesão e do engajamento dos trabalhadores à intensificação da cadência produtiva. Nesse sentido, no universo acadêmico, noções empresariais vulgares, alheias ao conhecimento científico, foram internalizadas e incorporadas ao vocabulário dos gestores, assim como de muitos pesquisadores, materializando um discurso ideológico ancorado em valores como o empreendedorismo individualista, o produtivismo viril, a competitividade institucional vinculada ao *rankeamento* internacional.

Dentro desse novo contexto produtivo, os docentes-pesquisadores são incitados a maximizar seus índices de produtividade, levados a se sacrificarem, como soldados do capital, para assegurarem a própria sobrevivência, enfrentando demandas sempre crescentes de trabalho, de maneira aparentemente voluntária e em nome de uma abstrata "missão institucional". A objetivação quantitativa do trabalho acadêmico e as metas de produção impostas pelos mecanismos de avaliação de desempenho da atividade docente traduzem inequivocamente o avançado processo de alienação do trabalho acadêmico.

As consequências dessa forma de cooptação são nefastas para os trabalhadores, não apenas do ponto de vista da integridade física e psicossocial, mas da própria fragmentação do sentido do trabalho, da consciência política, da desidentificação do trabalhador individual enquanto membro de uma determinada classe social, enquanto sujeito histórico capaz de intervir na realidade de forma prática. As inúmeras patologias físicas e psíquicas relacionadas às transformações recentes do trabalho são indicativas do elevado risco a que estão submetidos os indivíduos atomizados pelas novas formas de gerenciamento do trabalho inspiradas no modelo japonês de gestão, que levaram à internalização do domínio e da lógica produtiva responsável por fazer dos trabalhadores, ideólogos do regime e algozes de si mesmos.

> ***"Dentro desse novo contexto produtivo, os docentes-pesquisadores são incitados a maximizar seus índices de produtividade."***

Dando continuidade a esse desenvolvimento contraditório, no dia 11 de junho de 2015, a reitoria da Unesp – em parceria entre a Escola Unesp de Liderança e Gestão, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e a Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) – realizou a sétima edição do evento "Integração de novos docentes", no auditório da Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) do campus de Botucatu, para o qual foram convocados cerca de cem novos docentes contratados entre 2013 e 2014. De forma ainda mais explícita, segundo nota oficial emitida pela própria gestão institucional, o evento foi reestruturado *"para permitir um maior contato dos recém-contratados com a administração geral da Universidade"*. Na primeira palestra proferida aos docentes, a vice-reitora, fazendo a apologia dos mecanismos de avaliação e acompanhamento, por meio de um vocabulário explicitamente empresarial, justificou-os como meios necessários para assegurar que os docentes ingressantes se ajustem a requisitos absolutamente estranhos aos editais de contratação de servidores públicos, quais sejam, as *"características do novo mercado de trabalho – globalizado, dinâmico e que exige competências de empreendedorismo e gestão"*.

O brinde promocional distribuído aos docentes durante esta sétima edição do evento não poderia ser mais representativo do caráter empresarial-militar, da obediência servil e da supressão da autonomia imposta pela reitoria às novas gerações de docentes-pesquisadores da Unesp: um soldado-boneco, moldado industrialmente em material inerte, que corresponde perfeitamente às expectativas reitorais em relação aos docentes-pesquisadores.

Em resposta às inúmeras referências feitas pelos gestores contra a atuação da Adunesp – em defesa dos interesses da categoria e do ensino público, democrático, gratuito e de qualidade –, ao longo dessa última reunião, o que beira o assédio moral aos docentes recém-contratados, cabe salientar que a dissociação cartesiana entre as dimensões política e acadêmica da vida institucional da universidade configuram uma tentativa de dividir e despolitizar a categoria, de obstruir a mobilização coletiva e o entendimento da realidade; e, com isso, pretendem assegurar a perpetuação da crise institucional, decorrente das decisões baseadas na unilateralidade arbitrária dos interesses privatizantes da administração em vigor.

Com base nessas considerações, conclamamos todos os docentes a se filiarem à Adunesp, fortalecendo a mobilização da categoria, engajando-se ativamente na construção de uma universidade pública efetivamente livre; comprometida com o exercício de suas atividades-fim – o ensino, a pesquisa e a extensão universitária –, orientadas por princípios críticos, éticos e humanísticos, capazes de promover efetivamente a equidade social, gerar, difundir e fomentar o conhecimento necessário para a superação das desigualdades sociais e para o exercício pleno da cidadania, para além da retórica puramente demagógica dos atuais gestores de nossa Universidade.

Diretoria da Adunesp S. Sindical

Audiência sobre o Plano Estadual da Educação discutiu problemas e soluções para a área

Adunesp subscreve um dos projetos em discussão na Alesp

Está em debate na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) o Plano Estadual da Educação (PEE). No dia 26/8, no auditório Teotônio Vilela, foi realizada uma audiência pública para debater um dos três projetos em tramitação: o PL 1.035/15, que atualiza o Plano Estadual da Educação (PEE) - Proposta da Sociedade Paulista, de 2003. Participaram como debatedores os professores João Zanetic, do Instituto de Física da USP (IFUSP) e membro da Adusp; Vicente Rodriguez, da Faculdade de Educação da Unicamp; e Áquilas Mendes, representante da Associação dos Professores da PUC. A Adunesp, que é uma das signatárias do PL 1.035/15, foi representada por seu secretário-geral Antônio Luís de Andrade.

A audiência foi organizada pelo deputado Raul Marcelo (PSOL), que assina e protocolou o PL 1.035/15 em 24/6/2015.

Para entender melhor

O texto original do PEE-Proposta da Sociedade Paulista tramita há 12 anos na Assembleia Legislativa, mas nunca houve disposição da maioria governista em levá-lo à votação. O PL 1.035/15, que o substitui, foi elaborado pela Adusp em colaboração com outras entidades: Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Centro de Estudos de Educação e Sociedade, Fórum Paulista de Educação Infantil, Fórum EJA São Paulo, Instituto Paulo Freire e MOVA-SP; subscreveram-no, também, Adunesp e Adunicamp.

Além do PL 1.035/15, há mais dois projetos em tramitação na Alesp. Um deles foi elaborado pelo Executivo (PL 1.083/15) e outro pelo Fórum Estadual de Educação (FEE-SP), com apoio da Apeoesp-Sindicato dos Professores da Rede Estadual, ambos protocolados no início de agosto.

O PL 1.035/15 estabelece metas e estratégias para a educação paulista no próximo decênio, com ênfase em questões relativas ao financiamento, ignoradas ou mal equacionadas nos outros dois projetos. O governo Alckmin (PSDB) destina à educação apenas 3,7% do PIB estadual, ao passo que o PEE- Proposta da Sociedade Paulista defende o investimento crescente de 6% até 2018 e 9,5% até 2025.

Em sua exposição, o professor Zanetic listou as razões que levaram à inclusão, no corpo do PL 1.035/15, de artigos como o 8º — segundo o qual "o investimento público total em educação pública em instituições públicas estatais deve atingir, em 2018, no mínimo 6,0% do PIB paulista daquele ano", e "esse valor mínimo deverá crescer 0,5% ao ano até atingir pelo menos 9,5% do PIB estadual"; e o 3º — que determina que "a remuneração média dos profissionais da educação pública básica equivalerá no mínimo a 80%, até 2018, e a 120%, até o fim da vigência deste Plano, da renda média dos demais profissionais no Estado de São Paulo, com mesmo nível de formação e jornada de trabalho e que exercem as profissões para as quais se formaram".

O professor observou que o PL 1.035/15 incluiu no antigo projeto nove metas (e as respectivas estratégias para que sejam alcançadas), que tratam da Educação Infantil à Educação Superior. A primeira delas referencia as demais e define, de forma geral, as diretrizes para a educação paulista:

Meta 1 - Garantia da Educação de qualidade socialmente referenciada: "Garantir a oferta, pelo Estado, pelos Municípios e pela União, de Educação pública, gratuita e laica, de qualidade socialmente referenciada, democrática no acesso e na permanência, considerando as necessidades, as possibilidades e as vocações das diferentes regiões e dos municípios paulistas, visando superar as desigualdades entre sistemas, redes e escolas, com ênfase no desenvolvimento das potencialidades de cada criança e jovem, na promoção da cidadania, no enfrentamento de todas as formas de discriminação (social, étnico racial, de credo, de gênero e de sexualidade), visando, também, a formação dos profissionais necessários para promover o desenvolvimento social e o crescimento econômico do Estado e do Brasil".

A Alesp está discutindo a atualização do Plano Estadual da Educação (PEE)

Em www.adunesp.org.br, confira a íntegra do PL 1.035/15 e artigos sobre o tema.

60º Conad destacou luta contra corte de verbas na educação e o cenário de crise no país

De 13 a 16/8, aconteceu em Vitória (ES) o 60º Conad (Conselho de Associações Docentes), promovido pelo Andes-SN, o nosso sindicato nacional. O tema central foi a "Atualização da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, da liberdade de organização sindical dos docentes para enfrentar a mercantilização da educação". A Adunesp foi representada por seu presidente, João da Costa Chaves Júnior. Cerca de 170 pessoas de todo o país – sendo 52 delegados – compareceram ao evento, realizado no campus da Universidade Federal do Espírito Santo e organizado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes).

A greve nas universidades federais, iniciada no final de maio, que tem por pauta a luta contra o corte de verbas e a concessão de reajuste que recupere a inflação, ocupou boa parte dos informes e debates.

A ***Carta de Vitória***, documento que resume os debates e encaminhamentos do 60º Conad, traz uma breve avaliação da conjuntura atual. "A resposta dada à crise econômica e política pelos governos federal, estaduais e municipais, ocupados por representantes dos setores que representam o bloco de poder, apesar das divergências, têm como ponto de consenso colocar

sobre o ombro da classe trabalhadora os impactos da crise", avalia o texto. "As medidas implementadas pelas diferentes esferas de governo trabalham na perspectiva de retirar direitos do trabalhador e de ampliar espaços para a reprodução do capital, com base na mercantilização e na financeirização das políticas sociais", enfatiza a carta, que reafirma a luta pelo direito à aposentadoria integral de todos os trabalhadores, incluindo a luta pela revogação da reforma da previdência e de medidas que retiram direitos, tais como o fator previdenciário e as fórmulas similares substitutivas.

Obscurantismo

O debate apontou para a existência de um obscurantismo sem precedentes na história recente do Brasil, desde o período da ditadura empresarial militar, que se expressa em proposições de retirada de discussões de gênero e de combate à homofobia nos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Neste ponto, os delegados deliberaram lutar para que os cursos de graduação contemplem em suas diretrizes curriculares disciplinas específicas que discutam as relações de gênero, com a produção de materiais para subsidiar ações contra a discriminação étnico-racial, o preconceito de gênero e a orientação sexual.

A análise da crise, sobretudo em sua dimensão política, realizada no 60º CONAD, apontou a necessidade de desvendarmos o autoproclamado e propagandeado dissenso entre as diferentes frações do bloco de poder e apontarmos para a continuidade no processo de reorganização da classe trabalhadora, com base na articulação com setores do movimento social e sindical que se colocam no campo classista e autônomo da organização dos trabalhadores.

O 60º Conad aprovou a luta contra qualquer tipo de flexibilização e de precarização do trabalho, o que inclui avançar na organização sindical pela base de professores substitutos, tutores da EaD, horistas e de outras formas precarizadas de trabalho docente.

Em www.adunesp.org.br, no item "Andes-SN", confira a íntegra da Carta de Vitória

Organização do sindicato numa universidade *multicampi*

No dia 19 de setembro, aconteceu o "Seminário Regional sobre a Estrutura Organizativa das seções sindicais do Andes-SN: Multicampia" no auditório da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

O presidente da Adunesp, João da Costa Jr., foi um dos expositores e apresentou um pouco da história da Unesp e da atuação da Adunesp. Ele mostrou estratégias sindicais tomadas "para estreitar o vínculo com as nossas bases para melhor representá-la nos diversos momentos e nas diversas instâncias em que isso é necessário".

Diversos representantes dos *campi* da UTFPR compareceram, além de docentes de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e alguns estados do Nordeste.

João Chaves fala durante evento no Paraná

Fotos: Abridor de Latas - Comunicação Sindical

Em www.adunesp.org.bro, confira entrevista de João Chaves sobre o evento, veiculada na TV APUFRP

Crise e ajuste fiscal: Quem paga pela crise?

Marcha convocada pela Conlutas levou 15 mil à Paulista

Cerca de 15 mil pessoas participaram da Marcha Nacional dos Trabalhadores (as), no dia 18/9, na capital paulista. A concentração teve início às 15h, no vão do Masp, e agrupou servidores públicos federais e trabalhadores dos Correios em greve, metalúrgicos de montadoras que travaram lutas recentes contra demissões, petroleiros em campanha salarial, trabalhadores dos transportes, operários da construção, movimentos por moradia, juventude, movimentos que lutam contra a opressão e muitos outros e, entre eles, representantes da Adunesp.

A organização foi da CSP-Conlutas, central sindical à qual são filiados o Andes-SN e a Adunesp.

"A situação nacional segue marcada pelo aprofundamento das crises econômica e política e uma polarização social cada vez mais intensa, uma crise alimentando a outra, com a consequente fragilização do governo Dilma", destacou um dos materiais distribuídos na Marcha.

As propostas de ajuste fiscal, apresentadas pelo governo para debelar a crise, ocuparam o centro dos protestos. O ajuste inclui medidas que cortam gastos e aumentam impostos para obter um superávit de R$ 26 bi no ano que vem: corte de R$ 4,8 bi do programa Minha Casa Minha Vida, congelamento de salários do funcionalismo público até agosto de 2015, suspensão de concursos públicos e a volta da CPMF, entre outros.

Pressionado pelos setores de direita, que ameaçam com o impeachment, numa espécie de busca pelo terceiro turno das eleições de 2015, o governo acaba adotando cada vez mais o programa destes setores. Ou seja, no afã de aplacar a crise política, o governo Dilma tenta emplacar medidas que buscam jogar nas costas da população trabalhadora o ônus da crise. Ironicamente, a expectativa dos setores de direita é, justamente, que o governo aplique as medidas e amenize as tarefas de um eventual governo pós-Dilma, o que fica claro nos editoriais da grande imprensa: "É consenso na oposição que os cortes propostos pelo governo são insuficientes para equilibrar as contas públicas e que, em caso de afastamento de Dilma, um governo Michel Temer teria que promover ajustes ainda mais duros para reconquistar a confiança de investidores", assinalou a *Folha de S. Paulo* (17/9/2015)

Marcha de Trabalhadores e Trabalhadoras ocupa a Paulista no dia 18/09

Encontro

No dia seguinte à Marcha, em 19/9, as entidades organizadoras promoveram um encontro em São Paulo, para definir os próximos passos da mobilização. O encontro culminou com a divulgação de um documento intitulado "**Derrotar o ajuste fiscal! Que os ricos paguem pela crise!**"

O texto enfatiza que o ajuste fiscal dá prosseguimento a um conjunto de ataques à população trabalhadora, já materializados ou em trâmite no conservador Congresso Nacional, como a redução da maioridade penal, a ampliação da terceirização, entre outros. "Todos os indicadores econômicos apontam para um quadro de recessão econômica, que está gerando um forte impacto no emprego dos trabalhadores, podendo atingir até 2 milhões de demissões no ano de 2015. O aumento dos preços das tarifas públicas, dos alimentos, o endividamento das famílias, o aumento da inflação, o arrocho salarial e a queda da renda dos trabalhadores agravam ainda mais a situação dos mais pobres", diz um dos trechos.

Pontuando que os "os trabalhadores não são os responsáveis pela crise e, portanto, não podem pagar os seus custos enquanto segue a sangria de recursos públicos para o pagamento da dívida e grandes empresários e banqueiros têm lucros astronômicos", o documento propõe "avançar na construção de uma alternativa classista de luta mais ampla", apresentando um programa de interesse dos trabalhadores, sintetizado na expressão: "Que os ricos paguem pela crise."

Além de plenárias regionais, o encontro organizado pela CSP-Conlutas propõe a realização um "Outubro de luta", uma jornada de manifestações em todo o país.

Leia mais no site (www.adunesp.org.br):

A íntegra da carta aprovada no Encontro Nacional dos Lutadores e Lutadoras pode ser conferida no site da Adunesp (www.adunesp.org.br), no tópico "Andes-SN".